

ADRIANO MOREIRA\*

## A lenta marcha para a igualdade

No dia 26 de Julho de 1956, o já Presidente do Egipto Gamal Abdel Nasser pronunciou no Cairo um vibrante discurso na convenção da revolução que derrubara a monarquia e anunciou a nacionalização do Canal do Suez, represália, entre outros motivos, contra a recusa dos ocidentais de financiarem a barragem de Assuan. O primeiro-ministro britânico Anthony Eden, de acordo com o primeiro-ministro francês Guy Mollet, ameaçou o Egipto de recorrer às armas se a nacionalização se efectivasse. Realizou-se em Londres uma conferência de 22 países, incluindo a URSS, para obter o respeito do estatuto do Canal, tendo Nasser recusado o plano, não apoiado pela URSS e com inquietação dos EUA.

O resultado foi que, em 29 de Outubro seguinte, as tropas de Israel atacaram as tropas egípcias no Sinai e, no dia seguinte, a França e a Inglaterra lançaram um *ultimatum* a Nasser, o qual não foi respeitado, começando o ataque combinado entre Israel, a França e a Inglaterra. A ONU, em virtude da acção combinada da URSS e dos EUA, bloqueou a operação, e a França e a Inglaterra tiveram de retirar, sem honra e sem proveito, reforçando o poder de Nasser.

Esta decisão ocorreu no dia 6 de Novembro, tendo morrido em combate cerca de 500 soldados.

Recordo estes factos porque, meses antes deste acontecimento, e por iniciativa da Sociedade Britânica Anti-Esclavagista, foi realizada uma conferência em Genebra, a pedido da Grã-Bretanha, para terminar com o tráfico de escravos vindos desde a costa atlântica de África até ao Médio Oriente. O mecanismo traduzia-se em aproveitar a sua conversão ao islamismo, fazendo-os depois trabalhar, seduzidos pela prometida viagem

---

\* Presidente do Instituto de Altos Estudos e da Academia das Ciências de Lisboa, Portugal.  
E-mail: am.alcolena@gmail.com.

a Meca. Eram conhecidos pela expressão – *slave traveler's checks*, porque pelo caminho iam servindo para pagar os encargos. Portugal teve uma delegação, a que pertenci, nessa conferência, e esta apercebeu-se de que alguma acção estava a ser preparada contra o Suez, porque a proposta inglesa era alargar a área de fiscalização do tráfego no Índico e, sendo assim, a navegação para Goa ficaria sujeita à intervenção da União Indiana. Com esse argumento, discretamente invocado, tal zona foi reduzida, em benefício dos interesses portugueses. No que toca aos *slave traveler's checks*, concluiu-se que no Médio Oriente deviam existir quatrocentos mil escravos, a maior parte de primeira geração, porque a reprodução exige liberdade.

O cinema tratou este tema num filme de cujo nome perdi a lembrança, mas não a certeza da lenta evolução para que as Declarações de Direitos sejam de efectiva observância.

São muitos os motivos que implicam, mas não justificam, essa lenta marcha. Um deles é a ambição de dominar o uso da terra e das suas riquezas, implicando a liquidação das populações e a submissão dos sobreviventes.

Lembremos, nesse plano, a morte das civilizações pré-colombianas, nas terras americanas ocupadas pelo homem desde a pré-história, os maias, que viviam na Guatemala, os astecas, que no México organizaram um Estado guerreiro, e sobretudo os incas, donos de um Império que se estendia do actual Equador ao Chile. Mas, em nome da Espanha, Cortez liquidou o reino asteca em 1521 e Pizarro, em 1531, liquidou o reino do Peru, escrevendo o que foi chamado “uma das páginas mais aterradoras da história do mundo”.

A crueldade não era talvez senão o patamar do que viria a ser o racismo. Para meditar nessa possível transição, lembramos o que se passou a norte do continente, no território onde hoje assentam os EUA. E para tanto recordemos que foi “o problema económico de expansão e fortalecimento dos vários Estados, de raça branca, que levou à liquidação dos índios em menos de século e meio”. Tocqueville, no seu famoso *De la démocratie en Amérique*, dá notícia da exposição que os cherokees enviaram ao Congresso dos EUA, recordando como tinham acolhido humanamente os europeus, e da qual adiante citaremos um parágrafo.

À medida que os ocidentais foram de facto conseguindo a supremacia mundial, o passo da violência à organização da exploração económica (Moreira 1961; Tocqueville 1958, 353) multiplicou os modelos de supremacia da etnia dominante sobre as etnias sobreviventes mas subordinadas e exploradas: digamos, com simplificação, que se desenvolveu uma mistura de colonialismo de espaço vital (económico) e missionário (de aculturação), o primeiro marcado pela exploração da força de trabalho e privação da liberdade (escravatura e trabalho forçado), o segundo procurando estruturar um paradigma de valores, nem sempre capaz de definir a diferença entre tolerância e respeito pelas tradições, mas seguramente humanista. Do primeiro pode citar-se esta passagem da lembrada exposição dos cherokees:

Pela vontade do nosso Pai celeste que governa o Universo, a raça dos índios da América tornou-se pequena; a raça branca tornou-se grande e famosa. Quando os vossos antepassados chegaram às nossas margens, o homem vermelho era forte e, ainda que ignorante e selvagem, recebeu-os com bondade e permitiu-lhes repousar os seus pés entorpecidos sobre terra firme... O índio era então o senhor, e o homem branco o suplicante. Hoje, tudo mudou: “a força do homem vermelho tornou-se fraqueza”. “Eis-nos aqui os últimos da nossa raça: é-nos também necessário desaparecer?” (Moreira 1961, 103).

A articulação de ambas as atitudes – a económica e a missionária, esta última praticamente tudo devendo à intervenção cristã, mas não evitando o sacrifício dos africanos transportados aos milhões do seu continente de origem para as novas terras dominadas pela raça branca também transplantada – teve um percurso que podemos considerar presidido pela Declaração de Independência dos EUA onde, pelas palavras de Jefferson, “todos os homens nascem livres e com igual direito à felicidade”, palavras em conflito com as excepções: mas os índios não, mas os escravos negros não, mas as mulheres não, mas os simples trabalhadores não. Quando finalmente, no fim da II Guerra Mundial, foi elaborada a Carta das Nações Unidas, e a sua anexa Declaração dos Direitos do Homem, o mundo que por tais documentos anunciava a descolonização esteve marcado por vários mitos: o mito do negro, o mito do mestiço, o mito do judeu, o mito do ariano.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de Dezembro de 1948, parecia um ponto final na querela das superioridades relativas dos sistemas culturais e nos conflitos que secularmente invocam tal fundamento para mobilizar as forças em confronto.

S. Paulo não desdenharia ter sido redactor de tão nobres palavras, mas infelizmente conta-se que Jacques Maritain, ao ser interrogado sobre se os responsáveis pelo texto tinham chegado a acordo, respondeu que sim mas não sabia sobre o quê.

Pela primeira vez tornar-se-ia efectiva a regra da igualdade do género humano, e o Direito Internacional passaria a exprimir a subordinação dos poderes soberanos ao interesse do género humano concebido como um só rebanho instalado na Terra.

A ONU, as agências especializadas, o reforço da jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça, a codificação do direito sobre o mar territorial e a zona contígua, a convenção sobre o mar alto, a convenção sobre a conservação dos recursos biológicos do mar alto, a convenção sobre a plataforma continental, a convenção sobre as relações diplomáticas, a suspensão das pretensões sobre a Antárctica, o regime da exploração do espaço, tudo se inscreve no projecto de plasmar a nova esperança.

Do ponto de vista ocidental, ou mais restritamente europeu, se quisermos autonomizar o fenómeno americano, toda a questão se traduzia em pôr um ponto final na Era Gâmica e aceitar que chegara ao extremo limite a possibilidade de manter o Euromundo. Este projecto cristocêntrico existiu, desenvolveu-se, deixou marca até agora não apagada, e teve um épico que se chamou Luís de Camões, o qual merece uma atenção mais profunda do que transformá-lo em pretexto de presidências e festividades.

Nesta longa caminhada, ainda que muitos dos tratados em vigor começassem por invocar a Santíssima Trindade, o critério da fé religiosa deixara de ser o grande identificador das áreas culturais, a começar pelo Ocidente dominador. Uma concepção generalizada do Estado, um legado político expresso em fórmulas de legitimidade e de constitucionalismo organizacional, um comportamento privado moldado na herança jurídica romana corrigida pela contribuição cristã, uma vontade de poder compartilhada, a segurança da superioridade cultural científica e tecnológica, a arte de exportar capitais produtivos, o domínio dos transportes e a por vezes inconsciente identificação étnica pareciam definir melhor os suportes da missão assumida de colonizar o mundo.

Quando a UNESCO se constituiu, em 1945, logo no preâmbulo do Acto Constitutivo se proclamou que “a grande e terrível guerra que agora acabou foi tornada possível pela negação do ideal democrático da dignidade, da igualdade e do respeito da pessoa humana e pela vontade de lhe substituir, explorando a ignorância e o preconceito, o dogma da desigualdade das raças e homens”.

Em 1949, acedendo a uma solicitação do Conselho Económico e Social, esta agência resolveu:

1. investigar e difundir os dados científicos pertinentes às questões raciais;
2. preparar uma campanha de educação baseada nesses dados. Deste modo tomavam forma velhas preocupações de Mazaryk e Bénés, e finalmente a Proclamação de 18 de Julho de 1950 fazia a solene afirmação da igualdade do género humano, sustentando que “os antropólogos só podem estabelecer uma classificação racial sobre os caracteres puramente físicos e fisiológicos”. Tal verificação não impediu que seja política e socialmente viva uma teoria de mitos raciais que assume frequentemente o papel identificador das zonas e dos estratos culturais. Os principais mitos identificados pela UNESCO foram, como disse, o judaico, o ariano, o mestiço e o negro. O primeiro, atingindo um povo forte, com um passado carregado de perseguições e um presente incerto, mostra-se diariamente capaz de abalar a paz mundial pelos corolários decorrentes da fundação do Estado de Israel. O segundo serviu de ingrediente emocional à mobilização nazi da Segunda Guerra Mundial e presidiu à desesperada tentativa de organizar a Europa segundo um esquema de subordinação hierárquica dos povos.

O mito negro, sem exclusão dos outros, foi o que maior relevo teve na experiência portuguesa, porque os índios sempre encontraram notáveis defensores, especialmente entre os jesuítas, e o seu drama processou-se numa época em que o mundo estava longe de constituir a unidade em que se transformou. Mas os negros, para além da escravatura e do tráfico, fizeram defrontar todos os princípios das grandes democracias ocidentais com o problema que não abandona o poder político e que é a falta de autenticidade.

Da experiência anterior, essa questão teve manifestações importantes em livros, como a brochura, de 1772, do Reverendo Thomas Thompson, intitulada *Como o comércio de escravos negros na Costa de África respeita os princípios de humanidade e as leis da religião revelada*, ou a dissertação do Reverendo Josiah Priest, de 1852, chamada *A Bible Defense of Slavery*, ou ainda, já em 1900, o livro de Charles Carrol *The Negro a Beast*, em que o autor procurava coligir as provas de que os negros não pertencem ao género humano e que a sua constituição é particularmente simiesca.

Longe estavam estes autores de Las Casas, que, no século XVI, sustentava que a igual dignidade de todos os homens andava amesquinhada pelos factos do poder, pelo que Gabriella Mistral o considerou “uma honra do género humano”.

O facto é que a falta de autenticidade política que embarçava os teólogos e moralistas se manteve com a divisão de África entre as potências que tinham proclamado o constitucionalismo liberal, o Estado de Direito, a democracia, a soberania popular, a laicidade do poder, os direitos do homem. Mudaram os princípios, mudou nas metrópoles a sede do poder, mas não mudaram os factos, agora avultados pela efectiva ocupação do interior de África, pela imposição das exigências da industrialização, pelo desaparecimento de quaisquer zonas imunes à intervenção ocidental.

Quando, em Abril de 1955, se reuniu em Bandung a Conferência daqueles que Sokarno chamou “les peuples muets du monde”, a cor da pele assumia relevo de matriz identificadora de uma vasta área colonizada pelos ocidentais ou, se quisermos uma fórmula mais brutal e exacta, pelos brancos.

Foi uma excelente altura para lembrar as páginas alegres de *Stalky & Co.*, nas quais Rudyard Kipling explicou como se preparou uma geração de ingleses para sustentar, “sob os céus distantes, do homem branco o mais pesado fardo”. A Conferência marcou o ponto de arranque para a expulsão do homem branco da Ásia e da África.

Lembrar que a autenticidade era outro caminho possível, reivindicar a validade do colonialismo missionário, apelar para a igualdade efectiva, lembrar Anchieta, Las Casas, Suarez, S. Francisco Xavier, António Vieira, ou até evidenciar que novos princípios não seriam o dique que impediria a corrente contínua dos factos da política, tudo foi silenciado pela definição racista das áreas de conforto.

A doutrina portuguesa da igual dignidade de todas as etnias, o luso-tropicalismo sistematizado pela análise sociológica, a miscigenação dignificada pela filiação reconhecida, eram acordes ensurdecidos por um clamor que cobria, com o seu fragor, a luta de sempre pelo domínio político, agora com novos competidores, mas estes sem possibilidade de formularem objectivos originais para uma terra que continua a mesma. A luta pelo poder manteve-se como fenómeno permanente, e nesta data, com formas novas, coloca a ordem mundial à beira de um desastre.

Ao contrário daquilo que imaginaram apressados catalogadores de outros comportamentos identificadores das áreas que foram ganhando expressão política autónoma, não foi o património cultural participado que finalmente se impôs, foi sim a linha

ideológica adoptada pelos poderes de novo instalados que se tornou dominante na definição do perfil dos campos que se extremaram e facilmente fizeram das finanças e da economia o campo de batalha, sem diminuir as vítimas da sociedade civil.

Acontece que esta maneira de viver ultrapassa de facto os alinhamentos ideológicos, espalha-se por uma vasta área que ocupa o Norte do mundo e longínquas ilhas ocasionais onde o esquema ocidental de vida se implantou mais fortemente. As sociedades que vivem em regime soviético e as que vivem segundo o legado político ocidental, por grande que seja a diferença do seu relativo desenvolvimento, todas parecem em conjunto obedecer a essa moldura em que a máquina substitui o músculo, o computador toma o lugar da memória, a produção é submetida a uma extrema divisão de trabalho, o urbanismo cresce, a expectativa de vida aumenta, as fatalidades naturais são menos desastrosas e frequentes. Infelizmente mais de metade dos Estados existentes não tem capacidade para lutar contra os desastres da natureza.

Assim como Nehru, Sukarno, Kenyatta, Luhumba foram animadores do racismo identificador da revolta, Mao Tsé-Tung, um dos maiores estadistas contemporâneos, foi quem melhor teorizou a definição de uma área da pobreza, identificada pela condição e modo de vida, politicamente mobilizável contra os ricos, animada pela convicção de que o campo pode vencer a cidade, como ele próprio demonstrara na China. Uma vasta zona cultural, sempre mal conhecida pelos ocidentais, mas com uma experiência histórica longa, com o talento e sabedoria secular de organizar grandes espaços, grosseiramente votada ao isolamento diplomático por duas décadas, toma a iniciativa de definir uma nova frente de combate em direcção à qual se procuram lançar as pontes que vão sendo chamadas diálogo Norte-Sul, conflito Norte-Sul, ou nova ordem económica mundial, com as variações semânticas a acompanhar as opções ideológicas dos intervenientes. A crise actual está a fazer lembrar essa filosofia oriental e também a modificar a forma de o Estado intervir para reformular a hierarquia dos poderes.

As leis da História de que falava Marx, a razoabilidade que pregou Erasmo, o pacifismo que pregou Gandhi e hoje prega Mandela, tudo tem relação invisível com as leis que guiam a luta pela aquisição, manutenção, expansão e exercício do poder político em todas as épocas e circunstâncias. O pobre Abel não pára de receber golpes, e Caim não se cansa de agredir.

É por isso que os grandes factos políticos do nosso tempo continuam a derivar da matriz maquiavélica e não do proclamado ideal da UNESCO, nem da esquecida doutrina dos teólogos quinhentistas, nem do pacifismo que venera a memória de Sócrates ou Thomas Morus, mortos de morte violenta, e de Erasmo, que morreu angustiado. A matriz verdadeira não tem expressão na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que manda respeitar por igual todas as culturas.

A instrumentalização dos sistemas culturais em benefício das ideologias, a utilização das ideologias para a cobertura dos objectivos do processo político, a subordinação do processo político a interesses financeiros actuais, nada se passa sem protesto em

nome dos valores. Não valerá a pena lembrar a acção dos etnólogos e antropólogos em benefício da preservação das sociedades sem escrita, muitas vezes levando o seu afã ao extremo limite de as transformar em matéria de museu. Pela África fora, um revolucionarismo impaciente tem-se mostrado implacável na destruição das chefias tradicionais que embaraçam os projectos de mudança, e por isso mais aniquiladores no sentido da ocidentalização do que o foram os expulsos colonizadores.

Não há muito que se possa fazer contra isso, salvo aprender que não se esgotará facilmente a lista das razões que levam os donos do poder a transformar uma geração em estrume do que pensam dever ser o futuro. Só que a crise actual deixa conhecer mal os reais detentores do poder, o que piora a circunstância em que vivemos.

Todavia, no plano em que actua essa invenção que foi o Estado, tem de registar-se o crescente movimento de protestos da sociedade civil que passa por ser sua criadora, contra a criatura que se libertou e parece obedecer a leis próprias de subsistência e evolução. Aquilo a que chamaram o movimento dos novos filósofos, porque diziam de novo coisas muito antigas, é uma das expressões desse crescente desgosto contra a manipulação a que o poder se entrega ou se subordina, com frequência excessiva, e que está na origem da náusea que faz crescer as probabilidades da deserção em caso de emergência e de confronto. A multiplicação das contra-sociedades, o florescimento das religiões de consolo e esse fenómeno atemorizador que são os poderes erráticos que se multiplicam e usam todas as capacidades do Estado sem possuir nenhuma das suas características, são sinais crescentes do descrédito em que está ainda a velha invenção.

Mas aquilo que sobretudo avulta é o clamor pelo regresso ao perdido tipo de sociedades éticas, cuja matriz cultural profunda radica em valores superiores que as gerações reverenciam. Inscreve-se neste movimento o renascimento do constitucionalismo de Maomé, apelando enlouquecido para o Livro que considera espezinhado pela agressão ocidental, a transformar cada acto de protesto numa espécie de encenação do juízo final. Peregrino na Europa e pregando aos católicos dos Estados Unidos da América, anda o expulso Dalai Lama a consagrar monges e a clamar por um regresso à ética de que se considera depositário. Finalmente, a explosão do Verbo que se chama a invocação de Francisco de Assis pelo novo Papa da cristandade, incansável, dando sinais de verberar os vícios em todos os lugares, porque aquilo que encontra em todos eles é o Estado desvinculado de uma ética superior, e por isso ágil na manipulação das culturas e das crenças, e a exigir a nova evangelização.

Dizia Vieira no *Sermão da Terceira Domingo*, pregado na Sé de Lisboa:

[...] ora eu vos quero conceder o que não tendes, e supondo convosco, que verdadeiramente podeis tudo; ouvi agora o que ignorais, e porventura nunca ouvistes. Cuidais que o poder tudo consiste em não haver coisa alguma a que não estenda o vosso poder, e é engano manifesto: o poder tudo, consiste em poder algumas coisas, e não poder outras: consiste em poder o lícito e o justo, e em não poder o ilícito e o injusto; é só quem pode, e não pode desta maneira, que é todo-poderoso.

Fica-se com a impressão de que o descrédito crescente do Estado, tal como o conhecemos, anda a ter expressão no protesto das sociedades civis, e que este protesto não faz mais do que traduzir, em várias línguas, as palavras do pregador.

### **Bibliografia**

- CARROLL, Charles. 1900. *“The negro a beast”: or, “In the image of God”; the reasoner of the age, the revelator of the century! The Bible as it is! The negro and his relation to the human family! ... The negro not the son of Ham ...* St. Louis: American Book and Bible House.
- KIPLING, Rudyard. 1946. *The Complete Stalky and Co.* New York: Doubleday.
- MOREIRA, Adriano. 1961. *Política Ultramarina.* Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- PRIEST, Josiah. 1851. *Bible defence of slavery: or, The origin, history, and fortunes of the Negro race, as deduced from history, both sacred and profane, their natural relations...* Louisville: Printed and published by J. F. Brennan for Willis A. Bush.
- THOMPSON, Thomas. 1772. *The African trade for Negro slaves: shewn to be consistent with principles of humanity, and with the laws of revealed religion.* London: Simmons and Kirkby.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. 1958. *De la démocratie en Amérique.* Paris: Gallimard.